



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE FILOSOFIA

ANDRÉ CABRAL BARBIO

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
PROJETO POLÍTICO DA CIDADE IDEAL SEGUNDO PLATÃO**

Nova Iguaçu – RJ
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE FILOSOFIA

ANDRÉ CABRAL BARBIO

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
PROJETO POLÍTICO DA CIDADE IDEAL SEGUNDO PLATÃO**

Monografia apresentada ao curso de
Filosofia para a obtenção do Grau de
Licenciado em Filosofia.

Orientado por: Prof. Dr. Admar Costa

Nova Iguaçu - RJ
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE FILOSOFIA

ANDRÉ CABRAL BARBIO

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO DA CIDADE IDEAL SEGUNDO PLATÃO

Esta Monografia foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Licenciado em Filosofia , e aprovada na sua forma final pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data: ____/____/____

Nota: _____

Prof. Dr. Admar Costa
Orientador – UFRRJ

Prof^a. Dr^a. Alice Bitencourt Haddad
Avaliadora - UFRRJ

Prof. Dr. Francisco José Dias de Moraes
Avaliador - UFRRJ

Nova Iguaçu - RJ
2014



Autorização para Publicação Eletrônica de Trabalhos Acadêmicos

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho citado, em consonância com a Lei nº 9610/98, autorizo A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro a disponibilizar gratuitamente em sua biblioteca digital, e por meios eletrônicos, em particular pela Internet, extrair cópia sem ressarcimento dos direitos autorais, o referido documento de minha autoria, para leitura, impressão e/ou download, conforme permissão concedida.



Para minha família, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Aos Deuses por manterem-me no caminho.

Aos meus pais pelo incentivo.

A minha esposa por nunca me deixar desanimar.

A meu orientador pela paciência e dedicação no desenvolvimento deste trabalho.

A todos os professores que fizeram parte de minha formação.

Aos amigos que entenderam minha ausência nesse período.

A todos que colaboraram de alguma forma para o sucesso desta monografia.



"[...] Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro; a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz."

Platão

RESUMO

Este projeto busca fazer uma análise da concepção de educação em Platão, tendo como ponto de referência o processo de construção do Estado (Polis) Ideal na obra A República, apresentando a sua relevância na formação de uma comunidade ideal, alternativa e justa. No decorrer do trabalho, delineamos os principais pontos da pedagogia platônica associada à política, expondo os fundamentos para a sistematização da educação e as bases filosóficas do ensino com sua culminância no governo do Rei-Filósofo.

Palavras-chave: Platão. República. Educação.

ABSTRACT

This project seeks to analyze the concept of education in Plato, taking as reference the construction process of the State (Polis) Ideal at work *The Republic*, showing its relevance in the formation of an ideal community, alternative and fair. During the work, we outline the main points of the Platonic pedagogy associated with politics, giving the reasons for the systematization of education and the philosophical underpinnings of teaching with its culmination in the government of philosopher-king.

Keywords: Plato. Republic. Education.

SUMÁRIO

01 INTRODUÇÃO.....	11
02 A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DE PLATÃO.....	14
03 PLATÃO E A EDUCAÇÃO.....	17
04 A EDUCAÇÃO DO GUARDIÃO.....	21
05 A FORMAÇÃO DA CIDADE JUSTA.....	28
06 O GOVERNO DO REI-FILÓSOFO.....	31
07 CONCLUSÃO.....	36

I - INTRODUÇÃO

Platão nasceu em Atenas por volta de 427 a.C., nascido numa família aristocrática envolvida com políticos tendo entre seus parentes algumas figuras bem conhecidas da história política de Atenas.

Em vista disso, não é de se surpreender que Platão, um cidadão ateniense de nobre família, em algum momento tomasse parte na administração pública de Atenas. Esse fato ocorreu durante o governo dos trinta tiranos, no entanto, ele não demorou a se desiludir com a realidade da política ateniense. Além disso, a condenação e a execução de Sócrates também influenciaram para o afastamento de Platão da vida política local. Porém, o fato de Platão não se envolver na administração da pólis, não significa dizer que ele tenha abdicado da vida política. Aliás, essa relação entre filosofia e governo, filosofia e política, pode ser considerada uma das principais preocupações de Platão, fato que fica claro no decorrer de sua obra “A República”, pois nela o filósofo busca a formação de uma nova cidade, uma cidade justa.

Platão inicia-se na filosofia ainda na juventude, quando se torna discípulo de Sócrates, com quem conviveu durante oito anos, período suficiente para que pudesse acompanhar todo o processo que condenou o seu mestre, Sócrates, à morte pela acusação de corromper a juventude e de não acreditar nos “deuses” da cidade. Sua trajetória e pensamento fazem com que seja um dos filósofos mais influentes na cultura ocidental.

Descrente com a democracia ateniense, fato agravado pela condenação de Sócrates, Platão viaja para outras cidades da Grécia, Egito e sul da Itália, e começa a escrever.

Platão teve uma educação semelhante à dos jovens aristocratas da sua época, recebendo aulas de retórica, música, matemática e ginástica. Em 387 a.C., funda em Atenas uma escola chamada Academia, com uma exigência, escrita na fachada: "Que aqui não entre quem não souber geometria". Em pouco tempo, esta escola tornou-se um dos maiores centros culturais da Grécia, tendo recebido políticos e filósofos como Aristóteles e Demóstenes, entre outros.

A atividade literária do filósofo grego compreende mais de cinquenta anos da sua vida, caracterizando-se pela escrita em forma de diálogos, basicamente centrados em Sócrates, onde procura definir noções como a mentira (Hípias menor), o dever (Crítion), a natureza humana (Alcibíades), a sabedoria (Cármides), a coragem (Laques), a amizade (Lísis), a piedade (Eutífron) e a retórica (Górgias, Protágoras).

Entre 387 e 361 a.C., escreveu Menexeno, Ménon (sobre a virtude), Eutidemo (sobre a erística), Crátilo (sobre a justeza dos nomes), O banquete (sobre o amor), Fédon, a República (sobre a justiça), Fedro, Teeteto (sobre a ciência) e Parmênides. Os diálogos da maturidade são O sofista (sobre o ser), O político, Timeu (sobre a natureza), Crítias (sobre Atlântida), Filebo (sobre o prazer) e As leis. O filósofo também deixou algumas cartas.

Pela tradição familiar, o seu destino deveria ser a política, mas a experiência dos políticos que governaram Atenas por imposição de Esparta (404 a.C./403 a.C.), entre os quais estavam dois de seus tios, fez Platão afastar-se dessa forma de política. De acordo com o filósofo, uma cidade-modelo deveria distribuir os seus habitantes em três segmentos: os sábios deveriam pertencer à ordem dos governantes, os corajosos, que deveriam zelar pela segurança, à ordem dos guardiões, e os demais, responsáveis pela agricultura e comércio, fariam parte da

ordem dos produtores, tendo a educação um papel fundamental para a formação dessas três classes e, sendo aplicada de forma diferenciada para cada uma delas.

A educação para ele deveria valorizar os métodos de debate e conversação como formas de alcançar o conhecimento. De acordo com ele, os alunos deveriam descobrir as coisas superando os problemas impostos pela vida. A educação deveria funcionar como forma de desenvolver o homem moral. A educação deveria dedicar esforços para o desenvolvimento intelectual e físico dos alunos, afirmando também que a educação da mulher deveria ser a mesma educação aplicada aos homens.

O filósofo também não concordava que os políticos mais votados assumissem os principais cargos em uma cidade ou país. Para Platão, nem sempre o mais votado era o mais bem preparado. Dentro deste contexto, era necessário criar uma alternativa para impedir que a corrupção e a incompetência tomassem conta do poder público. Assim, a cidade ideal deverá ser reconstruída de modo que pudesse justificar a visão de Platão onde os filósofos devem ser os governantes.

Entretanto, antes de contemplarmos diretamente a República, devemos observar alguns elementos que são importantes para a compreensão do pensamento político de Platão. São eles: o pensamento político de sua época, os sofistas, a influência de Sócrates e o conceito de Areté.

II - A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DE PLATÃO

Platão nasce logo após a morte de Péricles, com quem Atenas chegara ao apogeu de sua democracia, e morre a cerca de dez anos antes da batalha de Queroneia, disputada por Filipe II, então Rei da Macedônia, contra o exército formado pela coalizão entre as cidades gregas de Atenas e Tebas no ano de 338 a.C. Esta batalha representou o fim da democracia ateniense e consequentemente das outras cidades gregas, efetivando o domínio de Filipe da Macedônia sobre a Grécia.

Quando tinha cerca de 20 anos, aproximou-se de Sócrates, que era considerado pelos seus contemporâneos um dos homens mais sábios e inteligentes e por quem tinha muita admiração. Sócrates demonstrava uma necessidade grande de levar o conhecimento para os cidadãos gregos. Seu método de transmissão de conhecimentos e sabedoria era o diálogo. Através da palavra, o filósofo tentava levar o conhecimento sobre as coisas do mundo e do ser humano.

Por criticar muitos aspectos da cultura grega e defender algumas ideias contrárias ao funcionamento da sociedade grega, afirmando que muitas tradições, crenças religiosas e costumes não ajudavam no desenvolvimento intelectual dos cidadãos, Sócrates não era muito bem aceito por parte da aristocracia grega.

Como a maioria dos jovens de sua classe, quis entrar na política. Contudo, a oligarquia e a democracia lhe desagradaram. Fato agravado com a condenação de Sócrates à morte, o que levou Platão a se afastar de Atenas e sair em viagem pelo mundo.

O interesse pela política estava ainda mais intimamente ligado a Platão por ele pertencer a uma família aristocrática que tinha participação efetiva na tomada de

decisões que conduziavam a política da Grécia. Contudo, o acontecimento que mais marcou foi seu encontro com Sócrates, que, usando apenas o diálogo, levava seus discípulos ao conhecimento de si mesmos, do bem e das virtudes, ao mesmo tempo em que demolia preconceitos e abalava falsos valores e reputações. Já restaurada a democracia, Sócrates, acusado de corromper os jovens, foi condenado à morte. Esse acontecimento revelou a Platão as profundas falhas de um sistema político que fazia desaparecer “o mais sábio e o mais justo de todos os homens”. Tornava-se evidente que a democracia grega deveria passar por profundas reformulações, sendo necessário para isso buscar novas bases educacionais para os homens que exerceriam as funções governamentais.

Esse contexto histórico determinaria o caráter essencialmente político de sua filosofia como estabelecimento das condições para um estado político perfeito, o filósofo como o dirigente político ideal.

Outro componente importantíssimo na formação do pensamento platônico são os sofistas e a forma como estes abordam a questão da educação e do conhecimento, pois estes se preocupavam, antes de qualquer coisa, em manejar minuciosamente as técnicas de discurso, a tal ponto que o interlocutor se convencesse rapidamente daquilo que estavam discursando. Para eles não interessava se o que estavam falando era verdadeiro, pois o essencial era conquistar a adesão do público ouvinte.

Contrapondo-se à maiêutica de Sócrates, a retórica dos sofistas não se propunha a levar o interlocutor a questionar-se sobre a verdade dos fatos, dos princípios éticos ou dos sentimentos, ao contrário, a retórica busca inculcar no ouvinte ideologias que sejam aproveitáveis para manipulação do povo.

Entre as maiores divergências entre o pensamento dos sofistas e o de Sócrates, destaca-se o fato de os sofistas cobrarem por suas lições preços bastante elevados, enquanto Sócrates lecionava muito mais por paixão do que por uma compensação financeira.

A forma de vida dos sofistas se caracterizava por uma visão de mundo extremamente egoísta e utilitária diante dos problemas da atividade prática, por isso Sócrates se levantou fortemente contra esta doutrina. Em resumo, os sofistas eram considerados mestres da oratória, que cobravam um alto preço dos cidadãos para aplicação e ensino de suas habilidades de discurso, que para os gregos eram fundamentais para a política. Os sofistas defendiam que a verdade surgia por meio do consenso entre os homens.

Estes fatores são fundamentais na formação do pensamento de Platão e o leva a uma profunda crítica da política de seu tempo, fazendo-o questionar a ordem vigente propondo mudanças radicais em sua organização e distribuição de poder, de modo que pudesse se erguer uma sociedade verdadeiramente justa e equilibrada, sendo a educação a responsável pela garantia desses preceitos, pois Platão acreditava que, por meio do conhecimento, seria possível controlar os instintos, a ganância e a violência. O acesso aos valores da civilização, portanto, funcionaria como antídoto para todo o mal cometido pelos seres humanos contra seus semelhantes.

III - PLATÃO E A EDUCAÇÃO

Platão promulgava que a educação tinha o objetivo final de formar moralmente o homem para viver em estado justo. Rejeitava a educação grega praticada pelos sofistas que eram encarregados de transmitir conhecimentos técnicos, principalmente de oratória, para os jovens da elite, que deveriam se tornar aptos para ocupar as funções públicas.

Assim, os sofistas advogavam que podiam defender igualmente teses contrárias, dependendo dos interesses em jogo. Platão pensava em termos de uma busca continuada da virtude, isto é, toda virtude é conhecimento e como somente ao homem virtuoso era dado conhecer o bem e o belo, a busca pela virtude deveria prosseguir pela vida inteira. Seguindo esta orientação, a concepção platônica, a educação não poderia se restringir apenas aos anos da juventude.

Platão defendia que toda educação era de responsabilidade estatal e reivindicava o acesso universal à educação e a mesma instrução para meninos e meninas. Platão defendia essas ideias por ser opositor ao sistema democrático que vigorava em Atenas, principalmente porque ele dava poder a pessoas despreparadas para governar.

Considerando este ponto de vista, a argumentação do sistema educacional platônico constrói-se na renúncia do indivíduo em favor da comunidade e do processo educacional. Neste sentido, a educação, na ótica de Platão, teria que testar as aptidões dos alunos para que os revelassem tendências ao conhecimento e recebessem a formação completa para serem governantes.

O modelo educacional apresentado por Platão se inicia por uma estruturada formação básica, levando-se em consideração que indivíduos especialmente

dotados poderiam chegar à filosofia. A educação básica ou educação preparatória tinha a função de desenvolver a harmonia do corpo e do espírito: para o desenvolvimento da fase preparatória, as crianças deveriam ser tiradas dos pais e enviadas para o campo, para que não sofressem nenhuma influência corruptora dos familiares.

Nos primeiros anos de vida, considerando a faixa etária dos três aos seis anos, as crianças deveriam participar em jogos educativos, em jardins especialmente concebidos para ela. Platão rejeitava à ginástica com caráter de competição. No seu entender, a ginástica seria constituída de exercícios de caráter militar e num extenso programa de jogos, tais como a luta, as corridas a pé, os combates de esgrima, os combates de infantaria, o arremesso de flecha com arco. A ginástica seria iniciada neste nível elementar e continuaria até a idade adulta. Muito embora, o seu caráter militar, a finalidade da ginástica não era alcançar a forma física de um atleta e sim, contribuir para a formação do caráter e da personalidade. Platão considerava que os homens que se dedicavam exclusivamente à ginástica, acabavam por se tornar insensíveis à cultura. Assim, até que se completasse os dez anos, a educação seria predominantemente física.

No ciclo entre 10 e 13 anos, a criança deveria aprender a ler e a escrever para, em seguida, iniciar os estudos dos autores clássicos, incluindo a poesia e a prosa. Em seguida, no período dos 13 aos 16 anos, começaria a etapa da educação musical. Para Platão, a pessoa educada pela música, desenvolve seu espírito e o desejo de satisfação pelo belo e de repugnância pelo feio. A música, deste modo, contribui para a formação harmoniosa da alma e, ao mesmo tempo contribui para se aprender harmonia e ritmo, saberes que criariam uma propensão à justiça, sendo esta responsável por abrir caminho para os conteúdos de matemática, história e

ciência. O estudo das matemáticas deveria encontrar em todos os níveis, sendo aprofundado a partir dos 16 anos e prolongados nos estudos superiores.

Por imposição do serviço militar, aos 17 e aos 18 anos, os jovens são obrigados a interromper os estudos intelectuais por dois ou três anos.

Considerando o aprendizado do serviço militar, aos 20 anos, os jovens seriam submetidos a um teste para saber a que carreira abraçar. Os aprovados. Isto é, os mais dotados iniciariam os estudos superiores, mas não diretamente para a filosofia. Receberiam mais dez anos de instrução e treinamento para o corpo, a mente e o caráter e, somente aos trinta anos, no fim de um ciclo de matemáticas e depois de uma última seleção, se inicia o método propriamente filosófico, a dialética, discussão do problema do bem e do mal, do justo e do injusto, caminho para o conhecimento e a verdade. Numa segunda seleção, posteriormente, a maioria dos jovens eram encaminhada para diversas profissões e ofícios civis.

Aos 35 anos os jovens estarão na plena posse deste instrumento, o único que conduz à verdade. Os que chegarem a esta fase devem ser capazes de ultrapassar a percepção dos sentidos e penetrar o próprio ser. Em seguida, o homem já preparado, deveria viver em sociedade durante quinze anos para adquirir experiência e testar seus conhecimentos entre os homens comuns e demonstrar a capacidade de trabalhar para se sustentar. Assim, aos cinquenta anos, estará completa sua educação, se tiver sobrevivido e superado todas as provas. Os que fossem bem sucedidos se tornariam governantes ou guardiões do Estado, não como honra, mas como dever.

Este plano elaborado por Platão absorve a vida por inteiro do cidadão e tem como objetivo único formar um pequeno grupo de governantes filósofos, com reais condições de assumir o controle do governo para o bem comum do Estado. No

geral, todo sistema educativo de Platão se concentra na procura da verdade, cuja posse definirá o verdadeiro filósofo, bem como o verdadeiro político.

Platão destaca o bem comum como forma ideal e perfeita. Na busca pelo bem, de forma incessante, o homem deveria percorrer, suplantando os percalços, o caminho do conhecimento, de forma a libertar o espírito humano das incertezas, erros e ilusões do senso comum (doxa). Essa busca levaria o homem ao ápice, ao mundo das ideias, da clareza e da verdade (epistémé). Em contato com a verdade, formado, o homem estaria apto para exercer, na sua plenitude, a cidadania e usar o conhecimento adquirido por um processo seletivo, em benefício do Estado (pólis).

IV - A EDUCAÇÃO DO GUARDIÃO

Nota-se que em Platão justiça é algo que vai muito além do indivíduo, ou seja, ela abarcaria toda a cidade (Platão, *República* 368e), sendo assim fator imprescindível para a formação da cidade ideal, logo, a cidade justa seria aquela onde os cidadãos fossem justos.

Para Platão, a construção desta cidade se daria de acordo com as necessidades mútuas de seus indivíduos, ou seja, ela se origina devido ao fato de seus cidadãos não serem autossuficientes (Platão, *República* 369b). Deste modo, a cidade seria uma da associação dos homens que precisam uns dos outros para suprirem suas carências (Platão, *República* 369d). Portanto, a cidade seria fundada devido às carências dos homens, tais como alimentação, habitação, vestuário, entre tantas outras de mesma natureza.

Para obtenção destes bens serão necessários artífices (Platão, *República* 369d) como lavradores, pedreiros, tecelões, sapateiros. Cada um realizando uma única tarefa de acordo com sua aptidão e, desta forma, dedicando-se apenas a ela (Platão, *República* 370c). Também serão necessários à cidade os carpinteiros, os ferreiros e demais artífices e criadores de rebanho visto que a cidade e seus cidadãos necessitam de muitas coisas (Platão, *República* 370d-e). E haverá comerciantes e, com isso, provavelmente uma produção de excedentes para que os homens possam trocar o que não precisarão pelo que necessitam (Platão, *República* 370e-371a). Há ainda a necessidade de marinheiros para comerciar por mar (Platão, *República* 371b), mercado e moeda (Platão, *República* 371b). É preciso na cidade pessoas possuidoras de uma força física suficiente para trabalhos pesados. Esses

venderiam a utilidade de sua força por determinado preço, ou seja, por um salário, seriam os assalariados (Platão, *República* 371e).

Dado que os homens nascem com diferentes aptidões e habilidades, eles devem ser destinados a diferentes tipos de ocupação, para que assim possam colaborar eficazmente com a concretização e manutenção da Polis (Platão, *República* 369e-370b).

Observa-se que Platão está preocupado em estabelecer o ordenamento das funções e obrigações que constituirão a Polis ideal. O próprio título original da obra “ΠΟΛΙΤΕΙΑ”, que significaria originariamente, a constituição de uma Polis, indica o sentido maior da obra: os passos que devem ser dados na formação de uma Polis.

Deste modo a cidade crescerá muito e isso ocasionará guerra por terras, pois com o crescimento da cidade seria necessário expandir o território bem como se proteger de possíveis invasões além de ser fundamental para produção de alimentos para a cidade e todos os seus habitantes. Acrescentando a isso o desejo pela conquista e acúmulo de riquezas (Platão, *República* 373d-e), teríamos a origem da maior parte das guerras. Portanto, é preciso a formação de um exército eficiente no combate e que lute contra o invasor pela manutenção de todos os bens da cidade (Platão, *República* 374a). E, como cada indivíduo irá se ocupar de um só ofício, na medida em que a luta da guerra é uma arte específica, os combatentes não serão os artífices citados acima, mas guerreiros treinados especificamente para a batalha (Platão, *República* 374-e).

Para ocupar o posto de guardião, serão escolhidos entre os cidadãos os que tiverem natureza apropriada para promoverem a segurança da cidade (Platão, *República* 374-e) e, a partir daí, receber um minucioso treinamento para que sejam os melhores na arte para qual foram designados: a guerra.

Essa natureza apropriada se refere às qualidades físicas e psíquicas necessárias à vida bélica. De acordo com as qualidades físicas, além de possuir ânimo, o guardião precisa ser perspicaz a sentir o inimigo e rápido na sua perseguição, além de ser valente para lutar com energia (Platão, *República* 375-a).

Com relação às qualidades psíquicas, estes soldados devem ser educados de forma a exibir certo grau de realização filosófica, pois como receberão treinamentos agressivos e belicosos devem saber quem atacar sem nunca se voltar contra o estado, devendo agir de forma branda com os compatriotas e com dureza com os inimigos (Platão, *República* 375-c).

Neste sentido, o gabarito utilizado para os guardiões, que desempenham uma função mais primordial que a do simples trabalhador, e dos quais sairão os futuros reis-filósofos, será bem mais rigoroso que para os demais cidadãos. Nas entrelinhas das diretrizes para os guardiões, Platão esboçará o sentido de sua educação racional, que coincide com a educação do corpo e o controle dos desejos.

Sobre a forma de como há de se educar esses homens, Platão examinará a música e a ginástica, elementos fundamentais na educação grega. Primeiramente a música e depois a ginástica, essa é a ordem do ensino. Em relação à música, afirma que o ritmo e a harmonia penetram mais fundo na alma e afetam-na mais fortemente, trazendo consigo a perfeição e tornando-a perfeita (Platão, *República* 401b-c).

Ao abordar o emprego da música e da literatura na educação, inicia a crítica à tradição pedagógica grega, que é indissociável da atividade dos poetas e, por isso, não deveriam ser usadas de forma indiscriminada, diferentemente disso, deveriam ser selecionadas as boas obras e abandonadas as demais. As que forem escolhidas

deverão ser contadas às crianças por suas amas e suas mães, para que estas ajudem a moldar as suas almas (Platão, *República* 377-c).

Platão afirma ainda que existem dois tipos de fábulas: as maiores, contadas por Hesíodo e por Homero e as menores, contadas pelo restante dos poetas e, que são esses (Hesíodo e Homero) efetivamente que fizeram para os homens essas fábulas falsas que contaram e continuam a contar (Platão, *República* 377-d). Nota-se aqui uma forte crítica às suas obras, as quais Platão afirma apresentarem “mentiras sem nobreza” que devem ser censuradas antes de qualquer outra coisa (Platão, *República* 377-d), pois apresentam erradamente o modo de ser de deuses e de heróis (Platão, *República* 377-e).

Desta forma, o filósofo afirma que os moldes que guiariam os versos devem apresentar o deus como ele realmente é. Isso significa uma nova proposta de deus, um deus bom, que não seja responsável por todas as desgraças que ocorrem aos homens. Este seria responsável apenas por parte de tudo o que acontece, já que temos muito mais males que bens (Platão, *República* 379-c). Com isso, apresenta duas regras para a concepção dos deuses:

- 1- Deus não é a causa de tudo, mas apenas do bem (Platão, *República* 380-c);
- 2- Os deuses não são feiticeiros que mudam de forma e nem seres que nos confundem com mentiras, palavras ou atos (Platão, *República* 383-a).

Através dessas regras, deve-se mudar a maneira pela qual os poetas concebem os mitos, de modo que passem a apresentar os deuses como realmente são, ou seja, totalmente bons e sempre idênticos a si, e não como seres por vezes injustos, intrigantes e enganadores dos homens.

Por fim, merece destaque a superação da mitologia que se coloca no viés de controle da concepção dos mitos, submetendo-os a limites que visam a não permitir

a contradição entre eles e as leis da cidade. Vemos agora, a mitologia servindo à educação, pois os mitos devem submeter-se à proposta educacional sugerida por Platão, que aqui reclama centralidade da filosofia no regimento da vida prática em detrimento da tradição dogmática da mitologia politeísta.

Após a afirmação que o mito deve ser revisto para que possa ser utilizado na educação do guardião, inicia-se a criação de regras que levem os poetas a moldarem os mitos, para que estes não possam interferir de maneira negativa nessa formação, bem como a eliminação das poesias e mesmo das conversações as lamentações e lástimas dos heróis, pois para incitar a coragem deve-se remover da morte residente na perspectiva do Hades, devendo o guerreiro preferir morrer a se tornar escravo (Platão, *República* 386b), deve-se ainda suprimir a impetuosidade dos deuses para que não tenham posturas de lamentação e desvario, pois eles precisam ser fortes para que sejam bons guardiões e, deste modo, afastá-los da mentira e aproximá-los da moderação, para que cresçam bons e sérios, pois o autodomínio é, também, uma virtude necessária ao bom guardião, já que é por meio dela que esses guardiões exercerão outras, como seriedade, moderação e respeito pelos outros habitantes da cidade. Para ilustrar sua argumentação, Platão faz uso de várias citações das obras *Ilíada* e *Odisséia*, de Homero, descrevendo-as como mentirosas e ímpias, ou seja, como maus exemplos para os jovens (Platão, *República* 386c – 388a). Ele não ameniza o discurso em relação a Aquiles, que é referido como possuindo um espírito desordenado que alberga “no seu íntimo dois males contrários um ao outro, uma grosseira ambição, e, por outro lado, um sobranceiro desprezo pelos deuses e pelos homens” (Platão, *República* 391c).

Desta forma, cada empecilho para a boa formação dos guardiões vai sendo imediatamente censurado e retirado da mitologia nascente, obrigando os poetas a uma nova forma de narrativa, diferenciando-se dos poetas anteriores, pois deveriam convencer os jovens de que os deuses não são capazes de realizar maldades, além de retirarem da narrativa todas as lamentações relativas aos heróis.

Tendo finalizado como deveria ser a nova mitologia, analisa-se, neste momento, o papel da música na educação do guardião, tendo esta que passar pelo mesmo crivo da poesia, levando em conta as duas leis enunciadas acima a respeito do teor dos mitos, pois é a forma como se busca educar os jovens que determinará a forma como os mitos serão narrados. De modo geral, deve-se excluir da poesia tudo o que incentive excessos, languidez e intemperança.

Podemos observar que os modelos de homens valorosos e de seres divinos que estão presentes e difundidos no mundo grego por meio das fábulas não agradam ao filósofo, pois os mesmos são inspirados nos modelos que ele tão duramente critica e por seus ideais ainda serem copiados pelos jovens de seu tempo. Platão afirma que se os guardiões imitarem, que imitem o que lhes convém desde a infância – coragem, sensatez, pureza, liberdade, e todas as qualidades dessa espécie (Platão, *República* 395c).

Depois da música, é a ginástica que será acionada para formar o cidadão de alma racional. Determinando que os cidadãos devem ser educados nela cuidadosamente desde criança, e pela vida fora (Platão, *República* 403d).

Todavia, é importante ressaltar que, para Platão, não é o corpo que, pela sua excelência, torne a alma boa, mas, pelo contrário, a alma boa, pela sua excelência, permite ao corpo ser o melhor possível (Platão, *República* 391c). Isto salienta ainda mais o papel da educação, pois é por ela que a alma se constitui como racional.

Desta forma inibindo a realização dos desejos se educaria a alma. No limite, essa alma educada não se entregará aos desejos: constituir-se-á, então, o autocontrole. Lembrando que o autocontrole dos guardiões deverá ser mais forte que aos demais. Desta forma, Platão, afirma que os guardiões devem abster-se de embriaguez, pois a ninguém é menos lícito do que a um guardião estar embriagado, e não saber onde se encontra (Platão, *República* 403e). Este rigor é inerente às funções que cabem aos guardiões na Polis. O corpo do guardião é tido enquanto o instrumento das ações na defesa da sociedade. Assim, diferentemente dos atletas, tem que estar sempre alerta e operacional. Deste modo, os desejos realizáveis pela alimentação devem também ser controlados, a bem da saúde do corpo e para o bom cumprimento de suas funções na Polis, estabelecendo que sua alimentação deva ser mais austera que a dos próprios atletas olímpicos (Platão, *República* 404a), sendo cobrado do guardião um maior autocontrole sobre os impulsos de uma forma geral, pois assim como a sua perda em função de sua submissão aos desejos pode conduzir à ingestão de uma alimentação que adoece o corpo, também poderia acontecer com uma ação que adoecesse a vida na Polis, ou seja, que transgrediria a ordem instituída e rompesse o tecido constituído pelas inter-relações pessoais (Platão, *República* 405b). Porém, refreando os desejos, o cidadão potencializaria seu autocontrole, sua autocondução. Desta forma, apenas uma alma educada para fazer o bom uso da razão tem a capacidade de refrear os desejos (Platão, *República* 439c-d).

V - A FORMAÇÃO DA CIDADE JUSTA

Após apresentar a figura e a educação do guardião. Platão discursa sobre o governo da cidade justa, a fim de justificar quem deve governar e quem deve ser governado (Platão, *República* 412b) e, para isto, divide os cidadãos em três grupos: os Guardiões são divididos em dois grupos, os governantes e os auxiliares, os governantes têm prioridade na decisão do Estado, e os auxiliares em ajudá-los. O terceiro grupo é essencialmente formado pelos artesãos. Os governantes são escolhidos entre os melhores dos Guardiões, eles devem ser os homens mais velhos e experientes (Platão, *República* 413a – 414a). Esses governantes devem ser incorruptíveis e insensíveis a subornos em sua juventude e, à medida que amadurecem, eles terão sido testados para garantir a sua honestidade. Em outras palavras, os governantes irão governar como chefes de Estado, enquanto que os auxiliares agiriam como polícia, defendendo o estado e os artesãos irão conduzir os negócios do dia-a-dia, necessários ao Estado (Platão, *República* 414a-b).

Tendo feito essa divisão e associação de funções, Platão analisa algumas outras indicações sobre como o Estado deve ser realizado e quais seriam as obrigações dos governantes. Ele refere-se especificamente à legislação e à aprovação de leis que não devem existir em grande número no estado ideal, pois a superabundância de leis que tratam com instâncias específicas, ou seja, que tratam das particularidades, pode por a perder de vista a generalidade que buscamos: justiça para todos. O verdadeiro caminho para alcançar essa verdade geral está no programa já estabelecido para os Guardiões: educação e criação. Esta formação irá garantir uma integridade da visão, isto é, a criação do cidadão apenas no estado justo. Tendo agora, em teoria, fundado o estado ideal, Platão passa a tentar

determinar as virtudes essenciais que podem caracterizá-lo (as quatro virtudes cardeais): sabedoria, coragem, temperança e justiça (Platão, *República* 427e). Platão primeiro procura identificar a sabedoria no Estado.

A sabedoria no Estado reside na classe de governantes, pois, por definição, eles governam, aconselhando as outras classes e a si mesmos (Platão, *República* 428e – 429a). Eles são os melhores dos Guardiões, tendo em toda a sua vida sido alimentados e educados para assumir o seu lugar como governante. Além disso, eles são os mais experientes e mais antigos dos cidadãos. São eles que julgam seus concidadãos e a si mesmos. A sabedoria do estado encontra-se em seus conselhos. A segunda virtude, a coragem, pode ser encontrada na classe que foi especificamente inculcada com a coragem durante toda a carreira. Esses são os auxiliares, que em sua capacidade como soldados tornaram-se portadores de coragem. A coragem do Estado se reflete no seu próprio ser (Platão, *República* 429a – 430c). A terceira virtude, a temperança, é um pouco mais difícil de analisar porque parece permear as outras virtudes. A temperança é encontrada na ordenação ou no controle de certos prazeres ou desejos do indivíduo, o homem temperado é dito ser senhor de si mesmo (Platão, *República* 430e – 431a). Se estendermos isso para o Estado, para que ele se autorregule, nós veremos que ele tem de executar a harmonia entre as classes de modo que cada classe deve cooperar com as outras classes (Platão, *República* 432a). Assim, o Estado pode ser considerado como mestre de si mesmo, porque as três classes funcionam sem dificuldade, como um todo, por causa da concórdia e harmonia entre as classes. Assim, a virtude da temperança no estado é atingida.

Depois de ter analisado três das quatro virtudes, somente a justiça permanece oculta. Devemos lembrar que a responsabilidade de cada membro das

três classes é a de que eles atendam estritamente aos negócios da sua classe, assim ocorre a existência de justiça no Estado. Platão argumenta que um exemplo de injustiça aconteceria se os membros de uma determinada classe, por meio do uso da força, tentassem tomar as funções de alguma outra classe. No entanto, por causa de violação forçada dos direitos das classes, pode ser alcançada a desarmonia, que fragmentará o Estado (Platão, *República* 433c-d). A justiça é atingida no momento em que se reprova o mal que é ocasionado pela violência contra os direitos de cada classe.

Se cada membro de uma determinada classe atende estritamente aos seus próprios trabalhos, e se eles reconhecem que os seus direitos como cidadão cessam quando eles invadem os direitos de outro cidadão, nós chamamos este estado de coisas um Estado justo (Platão, *República* 434a-b).

Neste ponto, podemos discernir as quatro virtudes no indivíduo. Exercendo a sua razão, na qual foi educado, um homem demonstra a sabedoria. Controlando as suas emoções ou espírito, no qual foi educado, o cidadão mostra coragem, e, permitindo que sua razão governe as suas emoções e os seus desejos, um homem mostra sua temperança. Já a justiça, pode-se dizer que resulta da temperança, sendo uma espécie de harmonia mental, um estado no qual todos os elementos da mente estão em concordância um com o outro. No indivíduo, assim como no Estado justo, a justiça estará garantida se for permitido a razão governar as emoções e o elemento irascível, bem como os desejos e as paixões.

VI - O GOVERNO DO REI-FILÓSOFO

Como vimos, o Estado justo deve ser constituído por pessoas justas, onde quem governe deve ter conhecimento para distinguir o bem do mal, o justo do injusto e, assim sendo, Platão afirma que apenas o Filósofo teria capacidade para discernir entre estes pares. Deste modo, a cidade ideal e justa deve ser governada por um ou vários filósofos (Platão, *República* 540d) que deverão ser selecionado entre os melhores guardiões, isto é, devem ser guardiões perfeitos. A sua virtude deve ser a sabedoria, a qual constituirá parte sábia da cidade ideal. Apenas sobre a regência de um Rei-Filósofo a cidade será feliz, e assim, os seus habitantes consequentemente (Platão, *República* 473d).

Após a afirmação de que a cidade justa deve ser governada por um Rei-Filósofo, Platão então se incumbe de esclarecer o que de fato seriam os filósofos. Logo, passa a explicar que só estes são capazes de contemplar as coisas em si, as que permanecem sempre idênticas (Platão, *República* 479e), isto é, eles apreciam as essências das coisas, ou seja, da verdade. Além disso, os filósofos são entusiastas por coisas que possam ser objeto de conhecimento (Platão, *República* 479a), e, são eles os que se dedicam ao Ser em si (Platão, *República* 480a).

O filósofo, o amante do saber, é um conhecedor da verdade, e Platão fala que eles podem conhecer aquilo que se mantém sempre do mesmo modo, porém, aqueles que não são filósofos se consomem no que é mutável e múltiplo, pois são adeptos das opiniões e das aparências. Devemos lembrar que o filósofo possui conhecimento do real, e o não-filósofo possui crença apenas nas aparências, no modo como as coisas aparecem. A partir dessa diferença entre filósofos e não-filósofos, Platão atribui ao filósofo a responsabilidade de governar a cidade, pois

são esses guardiões perfeitos os mais competentes para manter as leis e costumes da cidade (Platão, *República* 484b).

Tanto a Justiça quanto a Bondade, entre outros elementos da vida moral, todas elas são realidades conceituais, absolutas, pois podem ser percebidas nas suas Formas. Assim, elas não são relativas, variando no tempo, ou de acordo com os interesses políticos, ou a qualquer tipo de aparência, ou crença nas aparências. É por isso que, de acordo com a argumentação de Platão, os filósofos devem ser reis, pois são os mais qualificados a governar, dada a sua afinidade com a sabedoria e por possuírem o conhecimento do real, o conhecimento das Formas e dos absolutos imutáveis, ou seja, devem possuir o conhecimento de toda essência, isto é, o conhecimento de todo o ser, possuindo assim a ciência da realidade (Platão, *República* 484c).

Platão chama aqueles que não possuem a habilidade de contemplar tais verdades absolutas, ou ainda, a verdade ideal de cegos, considerando-os inaptos a estabelecerem leis sobre o belo, o justo e o bom (Platão, *República* 484c-d). Contudo, aquele que vem a conhecer o verdadeiro saber age, tanto no particular quanto no público, conforme o mesmo saber. Assim, o filósofo passa a ser visto como um exemplo, o que faz dele o mais apto a governar e a elaborar as leis para a cidade.

Platão se refere ao filósofo como aquele que verdadeiramente gosta de saber, que tem uma natural disposição para lutar pelo Ser, e que não se detém aos aspectos particulares das aparências antes de apreender o caráter de cada Ser em si, pelo elemento da alma que pode atingi-lo, e depois de se aproximar e de se unir ao verdadeiro Ser, e de ter dado à luz a Razão e a Verdade, poderá alcançar o

saber e viver e alimentar-se de verdade, e assim cessar o seu sofrimento (Platão, *República* 486b-d).

Por isso, defende que o Estado deve voltar a sua atenção para esse conhecimento, a Filosofia. No entanto, segundo o filósofo, ocorre o contrário e o Estado não vê grandes méritos na filosofia. Desse modo, Platão critica o estudo que estava sendo propagado entre os jovens da cidade e, em vista disso, expõe uma educação filosófica destinada aos guardiões desde a juventude e desenvolvida durante toda a sua vida adulta, pois apenas depois desse longo preparo, o guardião poderia governar a cidade, e após tal circuito, na velhice, estaria livre do comprometimento político e poderia se dedicar à preparação da passagem desta vida para o além (Platão, *República* 498b).

Relacionando esses conhecimentos à administração da cidade, Platão diz que, ao contrário do que acontece em seu tempo, deve-se fazer com que os habitantes mais capazes, após terem contemplado o bem, cuidem e guardem os outros habitantes. Esse será o papel dos reis-filósofos. Eles devem fazer isso em nome da harmonia e da união do Estado, visando o bem comum, pois que foram educados com a melhor educação, para serem excelentes, tanto em filosofia, quanto em política (Platão, *República* 520c-d).

Devendo o filósofo receber uma formação de excelência, Platão analisa quais as ciências seriam necessárias para levar a alma que contempla o mutável a contemplar o inteligível. Ele, então apresenta uma sequência que se inicia com a aritmética, dizendo que essa ciência conduz naturalmente à inteligência, e eleva a alma ao Ser (Platão, *República* 522e – 523a). Além disso, aconselha a aritmética aos guerreiros, em razão da importância dessa ciência na logística da guerra (Platão, *República* 525b), bem como aos filósofos, na medida em que eles devem

ascender à essência (Platão, *República* 525c). Desta forma, podemos observar claramente que a aritmética é essencial ao filósofo, que será o governante da polis, pois esta ciência seria realmente indispensável, uma vez que se torna claro que ela obriga a alma a servir-se da inteligência em si para chegar à verdade pura (Platão, *República* 526a-b).

A próxima ciência é a geometria que, segundo ele, tem em vista o conhecimento do que existe sempre, e não do que a certa altura se gera ou se destrói (Platão, *República* 527b). Além disso, justificando porque a geometria contribui na elevação da alma, acrescenta que ela serviria para atrair a alma para a verdade e produzir o pensamento filosófico, que leva a começar a voltar o espírito para as alturas (Platão, *República* 527b). Platão faz ainda uma breve exposição de uma ciência que não está plenamente constituída, pois está sendo descoberta, o estudo metódico da dimensão da profundidade (Platão, *República* 528d). Após este rápido parêntese sobre estas questões, Platão apresenta a quarta ciência, a astronomia (Platão, *República* 528e), que, segundo ele, seria importante na medida em que se aplica ao estudo dos astros, das estações e dos movimentos celestes (Platão, *República* 530a). A ciência da harmonia, a próxima na análise, seria útil à busca do Belo e do Bom (Platão, *República* 531c). Dessa forma, relativamente às ciências que formarão o currículo do governante, Platão conclui que o estudo metódico de todas estas ciências que analisamos, se atingir o que há de comum e aparentado entre elas e demonstrar as afinidades recíprocas, contribuirá para a finalidade que pretendemos. (Platão, *República* 531d). Por último, expõe seus argumentos acerca da dialética, ciência que está acima das outras, dizendo que a capacidade dialética é a única que pode revelar o verdadeiro bem a quem tiver prática das ciências que há pouco enumeramos (Platão, *República* 533a). Platão

apresenta ainda a dialética como um meio da alma chegar à essência das coisas só pelo uso da razão, atingindo o limite do inteligível, buscando apreender a essência do Bem (Platão, *República* 532a). Assim sendo, Platão define o método dialético como único que procede, por meio da destruição das hipóteses, a caminho do autêntico princípio, a fim de tornar seguros os seus resultados (Platão, *República* 533c-d).

Finalizando a exposição acerca da educação dos reis-filósofos, diz que eles deverão, quando atingirem cinquenta anos de idade, voltar os olhos da alma para a contemplação do Ser que dá luz a todas as coisas. Depois de terem visto o bem em si, usá-lo-ão como paradigma, para ordenar a cidade, os particulares e a si mesmos, cada um por sua vez, para o resto da vida, mas consagrando a maior parte à filosofia e, assim, poderiam aguentar os embates políticos assumindo a chefia do governo por amor à cidade, isto é, governando por necessidade e não por vaidade (Platão, *República* 540a-b).

Assim, Platão tem delineada a sua cidade ideal, bem como o sistema de ensino que formará os governantes, os quais deverão, mediante a sua ciência do bem, promover a justiça, tanto para si mesmo, quanto para toda a comunidade.

VII - CONCLUSÃO

As nossas observações conclusivas evidenciam, conforme o nosso propósito, o legado do pensamento do filósofo Platão em relação a educação. Platão destaca o bem comum como forma ideal e perfeita. Na busca pelo bem, de forma incessante, o homem deveria percorrer, suplantando os percalços, o caminho do conhecimento, de forma a libertar o espírito humano das incertezas, erros e ilusões do senso comum (doxa). Essa busca levaria o homem ao ápice, ao mundo das ideias, da clareza e da verdade (epistémé). Em contato com a verdade, formado, o homem estaria apto para exercer, na sua plenitude, a cidadania e usar o conhecimento adquirido por um processo seletivo, em benefício do Estado (pólis).

Platão, parte do princípio, ponto de partida de seu ideário, que somente os sábios podem dirigir o Estado, criando uma relação entre o saber e o poder, depositando na educação a responsabilidade pela sustentação de sua cidade ideal, pois somente a educação poderia criar homens dirigentes comprometidos com o bem comum, ou seja, descompromissada com a cobiça da riqueza.

A educação, para Platão, seria a responsável por guiar a vida do homem, possibilitando-o ter uma vida mais honesta, responsável, justa e comprometida, na qual seja possível colaborar da melhor forma para o bem dos cidadãos e da pólis.

Referências Bibliográficas:

PLATÃO, **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

Fontes digitais:

<http://www.educacao.uol.com.br>

<http://www.educarparacrescer.abril.com.br>

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br>

<http://www.infoescola.com>

<http://www.uel.br>